

**Crescimento da formação dos docentes com nível superior no ensino fundamental nas
escolas públicas no Amazonas**

**Growth of training of teachers with a higher education level in public schools in
Amazonas**

**Crecimiento de la formación de docentes con educación superior en escuelas públicas de
Amazonas**

Recebido: 12/11/2020 | Revisado: 19/11/2020 | Aceito: 23/11/2020 | Publicado: 28/11/2020

Raimundo Alves Pereira Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6047-1531>

Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas, Brasil

E-mail: dinhoalves7@gmail.com

Maria Nilce Ferreira Couto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3938-0314>

Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, Brasil

E-mail: nilcecouto@gmail.com

Rodrigo Couto Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7452-9455>

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: rcouto@ufam.edu.br

Resumo

O presente artigo objetivou identificar o percentual de crescimento de docentes com nível superior no ensino fundamental na rede pública e na rede particular, comparando-as e suas possíveis causas. Para isso, buscou-se: identificar historicamente a evolução do tratamento dispensado ao ensino básico público; perceber que fenômeno educacional ocorrido na década 1990 ensejou a mudança que possibilitou o crescimento de docentes no ensino fundamental na rede pública; e observar quais diretrizes educacionais foram aplicadas para o crescimento dos docentes com nível superior nas escolas públicas e sua equiparação com as escolas particulares. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e o período analisado foi entre 1999 a 2006. Conclui-se que os fatores determinantes no aumento de docentes com nível superior no ensino fundamental no Amazonas foi a criação de novos cursos de

licenciatura e convênios celebrados entre as prefeituras e as universidades para graduarem os docentes leigos de seus quadros docentes.

Palavras-chave: Educação; Ensino fundamental; Formação docente; Amazonas.

Abstract

This article aimed to identify the percentage of growth of teachers with higher education in elementary education in public and private schools, comparing them and their possible causes. To this end, we sought to: historically identify the evolution of the treatment given to public basic education; realize that the educational phenomenon that occurred in the 1990s led to the change that enabled the growth of teachers in elementary education in the public system; and observe which educational guidelines were applied for the growth of teachers with higher education in public schools and their equivalence with private schools. The methodology used was bibliographic research and the period analyzed was from 1999 to 2006. It is concluded that the determining factors in the increase of teachers with higher education in elementary education in Amazonas was the creation of new degree courses and agreements signed between city halls and universities to graduate lay teachers from their teaching staff.

Keywords: Education; Elementary school; Teacher training; Amazonas.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo identificar el porcentaje de crecimiento de docentes con educación superior en educación primaria en escuelas públicas y privadas, comparándolos y sus posibles causas. Para ello, se buscó: identificar históricamente la evolución del tratamiento dado a la educación básica pública; darse cuenta de que el fenómeno educativo ocurrido en la década de los noventa generó el cambio que permitió el crecimiento de los docentes de la educación básica en el sistema público; y observar qué lineamientos educativos se aplicaron para el crecimiento de docentes con educación superior en escuelas públicas y su equivalencia con escuelas privadas. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica y el período analizado fue de 1999 a 2006. Se concluye que los factores determinantes en el incremento de docentes con educación superior en educación básica en Amazonas fue la creación de nuevas carreras y convenios firmados entre alcaldías. y universidades para graduar profesores laicos de su personal docente.

Palabras clave: Educación; Educación primaria; Formación docente; Amazonas.

1. Introdução

O ensino básico público no Brasil desde o período colonial até meados do século XX sempre foi relegado a segundo plano, ora oferecido somente à elite da época, ora preterido pelo ensino secundário e superior. No Brasil colônia só era ministrado a filhos de colonos e aos índios em forma de catequese pelos religiosos. Depois de expulsos os Jesuítas, o estado assume a função sem grandes mudanças até o final do Brasil Império. Na Primeira República a sociedade cafeeira necessitando de mão de obra para seu desenvolvimento implanta reformas educacionais, mais de pouco vulto. Somente depois de Getúlio Vargas é que teremos efetivamente uma tentativa de democratizar o ensino básico teve seu ápice com a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação, em 1961.

Os governos militares em 1971 reformam essa lei e cria a divisão da educação em primeiro grau, segundo grau e terceiro grau, embora não se afastando do tecnicismo, enfatiza o civilismo. Na década de 1980, o mundo entra em crise e o Brasil se desestabiliza economicamente, organismos mundiais aprofundam a ajuda aos países em desenvolvimento e no começo da década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso e ajuda do Banco Mundial uma nova reforma é efetuada na educação com a segunda lei de diretrizes e base da educação, em 1996.

Nesse contexto foi observado no Estado do Amazonas não só o crescimento de docentes com nível superior no ensino fundamental nas escolas, como também uma equiparação quantitativa entre docentes que lecionavam na rede pública com os da rede privada. Nesse sentido surgiu a problemática desta pesquisa em que busca pelos fatores que influenciaram o crescimento e a equiparação dos docentes de nível superior no ensino fundamental no estado do Amazonas entre o ano de 1999 e 2006.

O objetivo principal da pesquisa foi constatar o percentual de crescimento de docentes com nível superior no ensino fundamental do estado do Amazonas na rede pública e na rede particular, comparando-as e suas possíveis causas. Para isso, foram eleitos os seguintes objetivos específicos; a) Identificar historicamente dentro do Brasil a evolução do tratamento dispensado ao ensino básico público; b) Perceber que fenômeno educacional ocorrido na década 1990 ensejou a mudança que possibilitou o crescimento de docentes no ensino fundamental na rede pública; c) Perceber quais diretrizes educacionais foi aplicado para o crescimento dos docentes com nível superior nas escolas públicas e sua equiparação com as escolas particulares.

Acredita-se que o tema se justifica pela atualidade em que se busca a universalização do ensino fundamental em nossos dias e sua importância é enfatizada pelo conhecimento de como se deu a melhoria de ensino no estado do Amazonas, notadamente no ensino fundamental. Quanto à fundamentação teórica foram utilizados Militão e Miralha (2012) e Melo, Santos e Santos (2009) na argumentação histórica, Altmann (2002), Azanha (2004) no desenvolvimento das diretrizes educacionais e Gatti e Barreto (2009) na análise dos resultados da pesquisa, entre outros autores.

O estudo foi dividido em três partes, a primeira apresenta os antecedentes e a evolução do ensino básico no Brasil; a segunda discutir a participação do Banco Mundial, da LDB de 1996 e do FUNDEF nas políticas educacional do ensino fundamental, e por último a mudança dos docentes com nível superior no ensino fundamental do Amazonas após entrar em vigor a LDB de 1996.

2. Metodologia

A metodologia utilizada foi quanto à natureza da pesquisa básica, quanto à abordagem foi qualitativa e exploratória e os procedimentos técnicos foram a pesquisa bibliográfica. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios auxiliam no diagnóstico de situações, exploração de alternativas ou descoberta de novas ideias. Quanto ao aspecto bibliográfico utilizou-se material publicado em livros, revistas, artigos científicos, dissertações, teses, periódicos para o embasamento teórico. O uso de trabalhos científicos como artigos, teses e dissertações justifica-se por oferecerem discussões mais atuais do objeto de estudo. Cervo et al. (2007) afirmam que o levantamento da literatura especializada e anotações de textos selecionados são partes imprescindíveis e devem merecer atenção especial para um trabalho de qualidade.

3. Resultados e Discussão

O artigo divide-se em três etapas onde são discutidos respectivamente: antecedentes e evolução do ensino básico no Brasil; Banco mundial, LDB, FUNDEF e as ações sobre o ensino fundamental no Brasil; e, Docentes com nível superior no ensino fundamental pós LDB.

3.1 Antecedentes e Evolução do Ensino Básico no Brasil

O ensino básico no Brasil surgiu com os jesuítas tendo seus missionários como professores, suas instalações como local de ensino e estava atrelada a religião católica. A educação escolar estava direcionada a elite da sociedade monocultora e escravocrata dominante na América Portuguesa do início século XVI até os últimos vinte e cinco anos do século XVIII quando foram expulsos definitivamente da colônia. A escola administrada pelo estado começa de fato com a posse dos colégios jesuítas e a organização de suas regras. A vinda da família real para o Brasil engendrou o ensino superior mais pouco fez pelo ensino básico, assim como a independência também pouco realizou efetivamente. Foi somente nas últimas décadas da Primeira República que houve mudanças no ensino básico.

A economia do açúcar, predominante na época colonial, não necessitava de mão de obra com algum conhecimento rudimentar escolar, tanto pela simplicidade das etapas produtivas quanto pela origem dessa mão de obra – escrava. Os colégios implantados pelos jesuítas, por tanto, serviam aos filhos dos grandes proprietários de engenhos elitizando desde então o ensino das “primeiras letras”, no entanto dentro do processo da catequese não deixavam de ensinar os recém cristãos, assim relatado por Militão e Miralha (2012)

Durante esse longo período os padres jesuítas não se descuidaram da catequese (objetivo principal da presença Companhia de Jesus) e acabaram ministrando também educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres) nas criadas escolas de “primeiras letras. (Militão & Miralha, 2012)

O domínio educacional da Companhia de Jesus dentro da colônia portuguesa durou de 1549 (com a chegada do Padre Manoel da Nóbrega) a 1759 e além de proporcionar bases para a elite seguir seus estudos superiores em Portugal, alimentava a própria companhia preparando futuros padres e na sua pedagogia novos professores. Seu legado foi muito além dos 17 (dezessete) colégios secundários, foram às dezenas de escolas nas pequenas comunidades no interior da colônia.

A desconfiança de que a Companhia de Jesus tentava instalar dentro da colônia portuguesa um estado autônomo fez com que o rei de Portugal, aconselhado pelo primeiro Ministro Marques de Pombal, extingue-se dentro da colônia a Companhia de Jesus. Assumindo a direção das escolas a coroa institui o imposto literário para custear a educação, nomeia professores vitalícios - leigos e missionários - e reduz as escolas das primeiras letras não avançando na melhoria do ensino básico.

A mudança da família real portuguesa preocupou-se mais com o ensino superior, necessário para a administração do estado, do que com o ensino básico que continuou precário. A Constituição de 1824 continha um capítulo sobre educação e, segundo Melo et al (2009)

O ensino no império foi estruturado em três níveis: primário, secundário e superior. O primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da Corte e aumentou suas disciplinas consideravelmente. O secundário se manteve dentro do esquema das “aulas régias”, mas ganhou uma divisão em disciplinas, principalmente nas cidades de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (Melo, Santos & Santos, 2009)

Mas, a realidade para os cursos continuou a mesma com cursos fragmentados e esporádicos para o primário e secundário. Somente 10% (dez por cento) da população apta ao ensino básico estavam na escola e geralmente, segundo Melo et al (2009)

Os filhos de senhores de terras e escravos iniciavam seus estudos com preceptores em suas casas, geralmente com o tio-padre “ilustre” da família ou com leigos trazidos da Europa para este fim, algumas vezes na escola pública. Não havia a necessidade (e o interesse) de se manter um ensino elementar para a população em geral (mais de 25%) escrava. (Melo, Santos & Santos, 2009)

A primeira república, inaugurada com a proclamação da república, trouxe a legislação todo o pensamento positivista hegemônico à época e foram inseridas nas leis educacionais tais como uma educação de caráter pública, gratuita, com uma rede de ensino primário e secundário a cargo dos estados e principalmente desvinculado do ensino religioso, portanto, com professores leigos.

O primeiro governo de Vargas (1930-1934) promoveu uma série de mudanças no ensino em geral notadamente no superior e secundário profissionalizante através de Decretos que teve como mentor Francisco Campos, mas segundo Romanelli apud Militão e Miralha (2009) “pecou por tratar de organizar preferencialmente o sistema educacional das elites deixando, deixando completamente marginalizados os ensinos primários e os vários ramos do ensino secundário profissional não profissionalizante.”

A Constituição de 1934 reafirmou o ensino gratuito e universal e a obrigatoriedade a todos, mais seus efeitos não foram postos em execução em decorrência do Estado Novo (1937-1945) e a Constituição de 1937 que pouco se ateu ao ensino básico. Segundo Militão e Miralha, o ministro Gustavo Capanema em 1942 promoveu diversas reformas no ensino, e

através da Lei Orgânica do Ensino Primário deu a atenção que o ensino fundamental necessitava, Militão e Miralha (2009).

Com a Lei Orgânica do Ensino Primário, enfim, o governo central cuida de traçar diretrizes para o ensino primário válida para todo o país. A partir de então, tal nível de ensino ficou assim estruturado:

- Ensino primário fundamental, destinado as crianças de 7 a 12 anos, subdividido em;
- Primário elementar de 4 anos
- Primário complementar de 1 ano (Militão & Miralha, 2009)

A centralização da legislação sobre o ensino primário, tirando dos estados às prerrogativas de legislar sobre as vigas mestres das estruturas de ensino primário facilitaram a implantação das diretrizes nos estados e municípios.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi sancionada em 1961 através da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, até ser substituída em 1996 pela Lei 9.394/1996 sendo reformadas pelas leis 5.548/1968 e 5.692/1971, esta última reformulou o ensino primário e secundário, passando a ser ensino de 1º grau e 2º grau, o primeiro juntou o ensino primário e secundário com a duração de oito anos e eliminou o exame de admissão entre eles, o segundo criou o ensino profissionalizante.

Redemocratizado o país é promulgada a Constituição de 1988 onde o ensino fundamental é ampliado e obrigatório, sendo o estado e a família responsável pela sua aplicabilidade sobre os alunos. Não havendo vagas no sistema público o estado deverá contratar com o ensino privado a fim de prover a vaga para a criança ou adolescente, não precisa inferir que isso incentivou a criação de escolas particulares.

Por esse breve introito ficou constatado que no Brasil o ensino básico foi relegado à segunda ordem em grande parte da sua história. Até meados do século dezessete o ensino era praticado pelos Jesuítas, depois de então o estado – na época portuguesa – passou a gerir. O ensino superior foi contemplado com medidas efetivas no império e na primeira República em detrimento ao básico, sendo ambos elitizados. Somente no império teremos as primeiras escolas particulares, evidentemente com os melhores professores e dirigida à elite agrária.

A partir da metade do século XX o ensino básico – primário e secundário – passa a ter mais atenção dos governantes, primeiramente e timidamente no governo Vargas para se tornar preponderante na reforma da lei de Diretrizes e Base da Educação de 1961 efetuada pela Lei 5692/1971.

O professor nos primeiros duzentos anos foram os jesuítas, no império e na primeira república foram outros missionários acrescidos de laicos que ministravam os conhecimentos aos educandos e conforme Freire (2003) “a educação popular era vítima do descaso das autoridades, abalizada pela falta de formação do docente para o magistério primário e pela insuficiência dos que eram formados”. Vargas deu prioridade à preparação de professores para o ensino básico e a reforma Capanema incentivou a criação de instituição de ensino privado no ensino básico, a primeira LDB e suas reformas o ampliaram, abrindo novos campos de trabalho para os professores que agora, além de poderem lecionar nas escolas públicas podiam também lecionar nas particulares.

É com essa realidade que após a Constituição de 1988 se abre o grande debate para a reforma do ensino básico, agora composto pelo 1º e 2º graus, através de uma nova lei de diretrizes e bases da educação no Brasil.

3.2 Banco Mundial, LDB, FUNFEF e as ações sobre o Ensino Fundamental no Brasil

A mudança na oferta de cursos de licenciaturas e o aumento dos docentes com nível superior no nível básico do ensino levaram a pesquisa para a gênese dessas duas variáveis – o Banco Mundial. A discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996 propiciaram os meios legais para que as políticas neoliberais determinadas pelo Banco Mundial engendrassem mudanças profundas na educação do Brasil e entre os instrumentos utilizados dois se adéquam a pesquisa; a expansão dos cursos de licenciaturas e o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental – FUNDEF.

O Banco Mundial foi criado no final da segunda guerra mundial e tinha inicialmente a função de amparar financeiramente os países que passassem momentaneamente por dificuldades econômicas e o fazia com empréstimos atrelados a medidas de controles macro econômicas, até a década de setenta era esse seu modo de ajuda. Com a crise do capitalismo nessa década, e a recaída sistêmica dos países tomadores de empréstimos mudou seu modo de agir com a finalidade de diminuir a pobreza nesses países para que não houvesse comoção social em seu interior e desse modo não saíssem da órbita capitalista. Com esse intuito passou a agir indiretamente em alguns setores isolados tais como distribuição de renda e educação, exercendo influência na formulação de políticas públicas nessa temática (Amestoy & Tolentino-Neto, 2020). O Relatório do Banco Mundial referente ao Brasil, assim destacou Bueno e Figueiredo (2012)

A pobreza está estreitamente associada a baixos níveis de escolaridade: 73% dos domicílios pobres têm como chefe de família indivíduos com no máximo 4 anos de escolaridade. É a desigualdade educacional, mais do que a segmentação ou a discriminação no mercado de trabalho, que explica a maior parcela da desigualdade de renda no Brasil. (Bueno e Figueiredo, 2012)

No Brasil seu principal aliado foi o Governo FHC que aceitando empréstimos subsidiados aceitou também programas, projetos e supervisão gestados pelo Banco Mundial via BIRD desde 1990 quando foi utilizado em boa parte da África e que propunha a educação por ser, conforme Altmann (2002),

Tida como uma medida importante para a contenção demográfica e para o aumento da produtividade das populações mais carentes. Daí depreende-se a ênfase na educação primária, que prepara a população, principalmente feminina, para o planejamento familiar e a vida produtiva. (Altmann, 2002)

E, conseqüentemente a diminuição da pobreza, era, portanto, essa receita – diminuir a pobreza via planejamento familiar e preparar a juventude para o trabalho – proposta pelo BIRD para os países em desenvolvimento com grandes diferenças de distribuição de renda. Com o Brasil não foi diferente.

O governo FHC (1995-2002) tinha no Ministério da Educação o ex-reitor da Unicamp e ex-diretor do Banco Mundial Paulo Renato Souza e outros auxiliares também com passagem pelo Banco Mundial, daí não ser difícil o entrosamento na implementação das diretrizes traçadas pelo Banco e aceita pelo governo, segundo Maués e Junior (2014), “as reformas educacionais concebidas e executadas pelo governo brasileiro nos anos 1990 foram, em particular, profundamente influenciadas pelos diagnósticos e orientação do Banco Mundial principalmente no governo FHC”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação comungou com os princípios educacionais proposto pelo Banco Mundial, qual sejam a descentralização da gestão, ênfase a educação fundamental e centralizar apenas a avaliação inserida no artigo 9º da LDB.

Dessas diretrizes interessa a esta pesquisa a ênfase a educação básica, precisamente a educação fundamental. Foi através dela que as mudanças fizeram mais sentidos e que teve como instrumento principal o FUNDEF. Esse fundo, parte recebido do Banco Mundial, destinado a qualificação do ensino fundamental no Brasil distribuído pela união aos municípios diretamente as escolas tinha como fundamento a melhoria da escola e do salário do professor foi determinante para o *boom* do ensino fundamental.

Com a constituição de 1988 e a LDB de 1996 expuseram a necessidade da

universalização do ensino fundamental em qualquer idade, isso gerou uma maior demanda nessa modalidade do ensino básico, além do que impôs a municipalização do ensino fundamental. Isso gerou uma demanda por escolas e professores municipais em todo o país. No entanto, em termos gerais, a matrícula no ensino fundamental do Brasil, decaiu entre 2000 a 2010 como bem foi demonstrado no Relatório Educação para todos no Brasil (2014).

A redução de 6.648.667 alunos nas escolas de ensino fundamental pode ser explicada por dois fatores que ocorreram simultaneamente: a redução da população desta faixa etária em decorrência da mudança na taxa de natalidade no País, fato que já vinha acontecendo desde os anos 1960, e o esforço dos sistemas educacionais na implementação de iniciativas que reduzissem a distorção idade-ano, que em 2001 era de 35,3%, chegando em 2012 a 22,0%. (Brasil, 2014)

A grande mudança foi à transferência da responsabilidade ou competência do ensino fundamental dos estados para os municípios e estes com a receita do FUNDEF dando ênfase as séries intermediárias do ensino básico em detrimento ao ensino infantil e médio, tanto em ofertas de salas de aulas quanto à qualificação e melhor remuneração dos professores.

Ainda nesse mesmo relatório, foi constatado o aumento da participação das escolas particulares no ensino fundamental em todo o Brasil que passou de 8,9% em 2000 que perfazia um total de 3.189.241 para 14,4% representando 4.270.932 em 2012, ao passo que a participação das escolas públicas decaiu de 91,1% para 85,6% no mesmo período representados por 32.528.707 e 25.431.566 respectivamente.

Por esse último dado infere-se que houve acréscimo nas vagas nas escolas particulares e por tabela de demanda por professores para esse segmento, tanto quanto o crescimento de professores na rede municipal em relação à rede estadual.

Outra exigência da LDB quanto ao ensino fundamental foi à qualificação dos professores que deveriam num prazo de dez anos todos possuírem nível superior, preferencialmente em licenciatura. Essa exigência exigiria um aumento considerável em cursos superiores de professores para atender não só essa demanda, mais também a de novos professores a serem contratados a partir dali. Para solucioná-la foi necessária a criação de cursos superiores de licenciatura em todas as modalidades – presencial, semipresencial e a distância – alguns com deficiências claras como bem salientaram Freitas (2002)

Sob patrocínio do MEC em articulação com municípios e algumas instituições formadoras, e os programas de formação inicial à distância, utilizando-se de mídias interativas e novas tecnologias. Pressionados pelo art. 87, § 4º da LDB nº 9.394/96 que estabelece que “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos

professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”, os professores têm sido levados a frequentar cursos de qualidade duvidosa em grande parte pagos por eles. Em vários estados tais cursos são, em geral, uma demanda das prefeituras que os terceirizam ou “contratam” as IES – públicas ou privadas –, as quais realizam processo seletivo especial de modo que possam atender a esta demanda específica. (Freitas, 2002)

Ver-se que no afã de solucionar um problema gerado por exigências endógenas cria outro, sai a qualidade entra a quantidade. Não são poucos os estudos que denunciam essa discrepância de se criar um profissional técnico com conhecimentos limitados em detrimento ao profissional educacional com formação plena tanto na parte pedagógica quanto na específica de sua área. Segundo Silva e Nunes (2020), ao docente é demandado a necessidade do aperfeiçoamento permanentes dos saberes, o que nesse caso, não ocorria. O extremo foi a redução da carga horária em matérias pedagógicas e de tempo havendo cursos de licenciaturas com o limite de três anos e meio.

A LDB em seu artigo 62 indicou que os ensinos dos cursos de licenciatura teriam de ser feitas pelas universidades, as IES e pelos institutos superiores de educação, sem levar em conta que as instituições não universitárias teriam dificuldades de alocar material humano preparado para o ensino em licenciaturas como relembra Azanha (2004),

O que se depreende da leitura do Art. 62 da LDB é que o legislador distinguiu claramente entre a formação docente que se dá no âmbito das universidades daquela que ocorrerá numa nova instituição, o instituto superior de educação. Com essa distinção prevaleceu a sensatez de permitir que o ensaio de criação de nova instituição possa ser feito sem eventuais e desnecessários conflitos com as instituições universitárias, detentoras de uma experiência acumulada na formação de docentes do ensino básico, em nível superior. Os institutos isolados de ensino superior, sem carreiras de pessoal docente e sem nenhuma preocupação sistemática de titulação de seus professores em nível de mestrado e doutorado não chegaram a acumular num sentido positivo experiências de formação de docentes para o ensino básico, embora sejam os grandes provedores desses quadros e, em alguns casos, há muito tempo. (Azanha, 2004)

O que ocorreu, então, foi um grande aumento de oferta de cursos de licenciaturas por institutos da rede privada tanto presencial como a distância prejudicando, como acima constatado, a qualidade dos professores egressos dessas instituições, entretanto, suprimindo a demanda ensejada pela obrigatoriedade exposta pelo artigo 62 da LDB.

3.3 Docentes com nível superior no Ensino Fundamental do Amazonas pós-LDB

Manaus, após o ciclo da borracha, só foi ter outro momento de pujança econômica com o advento da Zona Franca de Manaus no início da década de 1970. A concentração econômica na cidade provocou um êxodo rural nas décadas seguintes que ensejaram uma demanda por serviços públicos sem precedentes. Na educação a procura por vagas em escolas superaram em muito a oferta obrigando o estado a investir tanto em construção de escola como na contratação de professores. A escola particular também se expandiu.

Com o advento da LDB de 1996 e sua diretriz de oferecer vagas de ensino fundamental para todos pressionou ainda mais as instituições educacionais quanto ao oferecimento de vagas. A oferta de professores com nível superior estava com a demanda reprimida devido à falta de vagas nos cursos de licenciatura, sendo formados menos docentes do que o mercado necessitava. Nesse contexto as escolas particulares abocanhavam a maior parte dos egressos ficando as escolas públicas deficientes desses profissionais e completava seu quadro com professores sem nível superior.

O governo federal com a ajuda do Banco Mundial, percebendo que essa carência era sentida em todo território nacional, ataca de duas formas esse problema, primeiro oferecer subsídios para os municípios para que eles reciclassem seus professores; segundo, flexibiliza a criação de cursos de licenciaturas em todo o país. O Amazonas sentiu essas medidas, conveniando com a Universidade Federal do Amazonas para a formação de seus professores e com a autorização de novos cursos de licenciatura tanto presencial quanto à distância.

A LDB de 1996 analisa e fixa um prazo determinado para que essa carência cesse, conforme Gatti e Barreto (2009),

Essa lei fixa, em suas disposições transitórias, prazo de dez anos para que os sistemas de ensino façam as devidas adequações à nova norma. Esse prazo foi importante na medida em que no Brasil, nessa época, a maioria dos professores do ensino fundamental (primeiros anos) possuía formação no magistério, em nível médio, havendo também milhares de professores leigos, sem formação no ensino médio como até então era exigido. Seriam necessários tempo, muito esforço e financiamentos para chegar a formar esses docentes em nível superior. (Gatti & Barreto, 2009)

A orientação foi aumentar os cursos de licenciatura tanto presencial, semipresencial e o à distância o mais depressa possível. As universidades sem poderem expandir os cursos de forma satisfatória tiveram auxílio das instituições particulares para oferecem esses profissionais e a principal modalidade foi à distância, comparando 2001 a 2006, Gatti e

Barreto (2009) assim se expressam,

Entre os 22.101 cursos de nível superior, de diversa natureza, existentes no país, a iniciativa privada era responsável pela manutenção de 70% deles. Mas, quando se trata da formação de professores, a oferta de cursos públicos e privados tende a ser mais equitativa. Em 2001 o setor público detinha pouco mais da metade dos cursos (51,4%), ao passo que em 2006 a situação se inverte: é o setor privado que mantém 54,2% deles. (Barreto, 2009)

No Amazonas também houve um acréscimo de cursos de licenciaturas, tanto nas universidades públicas, quanto em IES particulares que ofertaram não só na modalidade presencial e semipresencial quanto online, estas em grande maioria através de polos na cidade de Manaus. Dados indicam que havia no Brasil em 1998 somente 8 cursos de ensino a distância, passando para 47 em 2002 e saltando para 79 em 2009 e oitenta por cento desses cursos era de licenciatura. No Amazonas na modalidade de ensino presencial, quatro IES ofereceram cursos de licenciatura e uma ofereceu no formato de ensino a distância. Segundo Fernandes et al (2020), essa última modalidade, apesar de ter um alto potencial, ainda está em processo de reflexão e construção.

A formação de professores sem licenciatura que regiam turmas nas escolas do nível fundamental na rede pública foi agraciada com vagas em cursos de licenciatura através de convênios como nos informa o Ministério da Educação (Brasil, 2002),

A Secretaria de Educação de Manaus, visando atingir a meta estabelecida, firmou convênio com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com o objetivo de formar 2000 professores de ensino fundamental e educação infantil nos diversos cursos oferecidos. Os cursos são realizados no Centro de Formação Permanente do Magistério Municipal, construído a partir de 2000, cujo espaço físico é utilizado tanto para esse curso quanto para os de formação continuada. (Brasil, 2002)

Essas duas ações em conjunto proporcionaram um acréscimo na oferta de professores de ensino fundamental no Amazonas proporcionando um maior percentual de docentes com nível superior tanto na escola pública quanto na escola particular se compararmos o ano de 1999 a 2006. Os dados abaixo demonstram essa evolução.

Tabela 1. Docentes com curso superior do Amazonas entre 1999 a 2006 (em %).

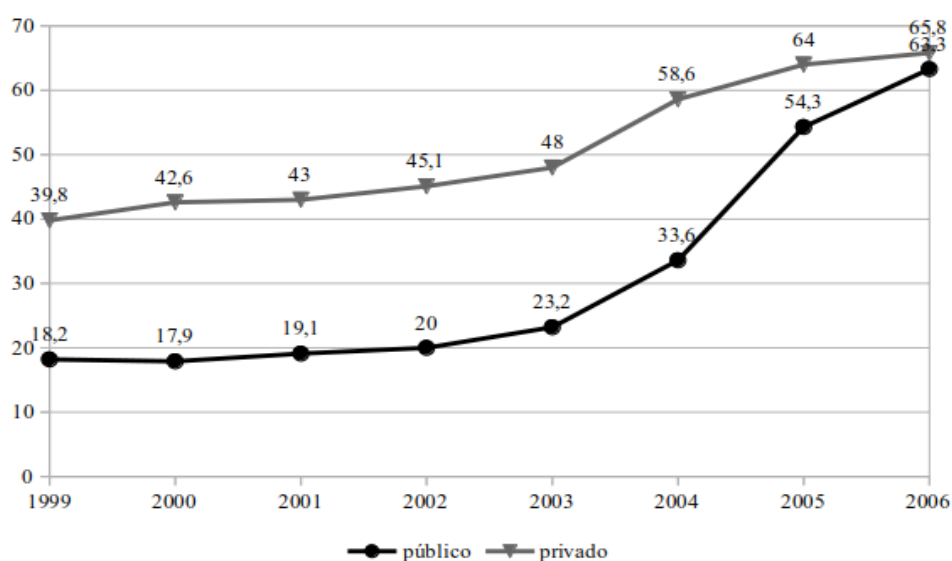
Ano	Público	Privado
1999	18,2	39,8
2000	17,9	42,6
2001	19,1	43
2002	20	45,1
2003	23,2	48
2004	33,6	58,6
2005	54,3	64
2006	63,6	65,8

Fonte: MEC/INEP, Censo Escolar, (1999-2006).

Dos dados acima se infere que no Estado do Amazonas no período considerado houve um crescimento acentuado em docentes de nível superior nas salas de aulas do ensino fundamental nas escolas públicas, passando de 18,2 % para 63,6 % em oito anos obtendo um crescimento de 45,4%, ao mesmo tempo os professores do ensino fundamental com nível superior passaram de 39,8% para 65,8% no mesmo período tendo um crescimento de 26 % por cento.

A diferença entre que era de 21% entre a escola pública e a privada cai para 2,2% inferindo que a política pública fora benéfica para a melhoria do ensino fundamental no estado do Amazonas.

Gráfico 1. Docentes com curso superior do Amazonas entre 1999 a 2006.



Fonte: MEC/INEP, Censo Escolar, (1999-2006).

Para melhor visualização do crescimento nas escolas públicas dos docentes com nível superior e comparando com o crescimento nas escolas particulares no mesmo período o gráfico acima é mais enfático.

4. Considerações Finais

O aumento de docentes com nível superior no ensino fundamental das escolas públicas e particulares ocorridos no estado do Amazonas no período compreendido de 1999 a 2006 pode ser entendido como resultado da política educacional implantada pelo governo FHC. Fruto de sua época a reforma pautou-se em utilização de diretrizes oriundas do Banco Mundial e que já vinha sendo utilizada em outros países em desenvolvimento como, por exemplo, no continente africano.

Na história do Brasil o ensino básico, incluso nele o ensino fundamental, não recebera um incentivo tão efetivo como fora no final da década de 1990 e 2000. Se a década de 1960 e 1970 fora o auge do ensino tecnicista e a de 1980 tentou resgatar o ensino humanista a de 1990 reafirmou com nova roupagem, via LDB de 1996, o dogma da educação para o mercado de trabalho.

As diretrizes educacionais que modificaram o ensino fundamental no Brasil partiram dos técnicos do Banco Mundial que em contrapartida para o financiamento da educação do ensino fundamental via FUNDEF, exigiram sua aplicabilidade em consonância com os ditames da política neoliberal. Entre as exigências destacam-se, a transferência da competência do ensino fundamental para o município sob a avaliação do governo federal e a ênfase ao ensino fundamental em detrimento ao infantil e médio, provocando uma maior demanda de professores com nível superior.

O crescimento de docentes com nível superior no estado do Amazonas que lecionavam no ensino fundamental teve uma acentuada elevação causada pelas modificações introduzidas pela LDB, flexibilização na autorização da criação de cursos de licenciaturas, verbas do FUNDEF e convênio celebrado entre as prefeituras e as universidades para transformarem professores leigos ou sem licenciatura em docentes com licenciatura.

O resultado dessas medidas mencionadas acima é que, a diferença entre docentes de nível superior nas escolas públicas em comparação aos docentes das escolas particulares no estado do Amazonas, reduziu de 21% para 2,2%, melhorando consideravelmente a escolarização no ensino fundamental nas escolas da rede pública do Estado do Amazonas, entre os anos de 1999 e 2006.

Referências

- Altmann, H. (2002). Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Educação e Pesquisa*, 28 (1), 77-89.
- Amestoy, M. B., & Tolentino-Neto, L. C. B. (2020). Políticas públicas e a influência dos organismos internacionais: a educação básica no foco do debate. *Research, Society and Development*, 9 (2), 1-23. doi: 10.33448/rsd-v9i2.2189
- Azanha, J. M. P. (2004). Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. *Educação e Pesquisa*, 30 (2), 369-378.
- Bueno, C. A. R., & Zago, I. (2012). A relação entre educação e desenvolvimento para o Banco Mundial – Ênfase na “satisfação das necessidades básicas” para o alívio da pobreza e sua relação com as políticas para educação infantil. *Anais IX ANPED*, 9, 1-15. Recuperado de: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1024/128>
- Brasil, Ministério da Educação. (2002). *Integração das instituições de educação infantil aos sistemas de ensino; um estudo de caso de cinco municípios que assumiram desafios e realizaram conquistas*. Secretaria de ensino fundamental. Brasília – MEC SEF.
- Brasil. (2014). *Relatório Educação para todos no Brasil 2000 – 2015*. UNESCO. Brasília. Ministério da Educação MEC.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. (2007). *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Fernandes, S. F., Henn, L. G., & Kist, L. B. (2020). O ensino a distância no Brasil: alguns apontamentos. *Research, Society and Development*, 9 (1), 1-24, doi: 10.33448/rsd-v9i1.1551
- Freitas, H. C. L. (2002). Formação de professores no Brasil; 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação e sociedade*, 23 (80), 136 - 167

Gatti, B. A., & Elba, S. S. B. (2009). *Professores do Brasil impasses e desafios*. Brasília:UNESCO

Maués, O. C., & Mota Junior, W. P. (2014). O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. *Educação & Realidade*, 39 (4), 1137-1152

Melo, A. L., Santos, G. P., & Santos, E. J. R. (2009). *Ensino superior no Brasil – do elitismo colonial ao autoritarismo militar*. Campinas: Unicamp.

Militão, S. C. N., & Miralha, M. F. (2012). *Ensino Fundamental Trajetória Histórica e Panorama Atual*. Londrina: UEL

Silva, J. M. N., & Nunes, V. G. C. (2020). Formação continuada docente: uma análise a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução CNE-CP 2/2015), *Research, Society and Development*, 9(8), 1-22, doi: 10.33448/rsd-v9i8.5150

Tafner, E. P. (2011). *Metodologia do trabalho científico*. Indaial: Grupo Uniasselvi.

Zikmund, W. G. (2000). *Business research methods*. Fort Worth, TX: Dryden.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Raimundo Alves Pereira Filho – 50%

Maria Nilce Ferreira Couto – 25%

Rodrigo Couto Alves – 25%